



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

A T A

1 **ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO**
2 **DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, REALIZADA NO DIA TRINTA DE ABRIL**
3 **DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.** No trigésimo dia do mês de abril de dois mil e vinte e
4 quatro, às quatorze horas e cinco minutos, reuniu-se no Prédio das Pós-Graduações do Instituto de
5 Tecnologia (ITEC), sob a Presidência do Magnífico Reitor, Emmanuel Zagury Tourinho, o
6 Conselho Universitário, com a presença dos seguintes membros: Marcelo Nazareno Vallinoto de
7 Souza, no exercício da Pró-Reitoria de Administração; Edmar Tavares da Costa, Pró-Reitor de
8 Relações Internacionais; Maria Iracilda da Cunha Sampaio, Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-
9 Graduação; Ícaro Duarte Pastana, Pró-Reitor de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal; Maria Lúcia
10 Harada, no exercício da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional; Nelson José
11 de Souza Júnior, Pró-Reitor de Extensão; Selma Costa Pena, no exercício da Pró-Reitoria de Ensino
12 de Graduação; Eliomar Azevedo, Prefeito; Isis de Melo Molinari Antunes, Diretora-Geral do
13 Instituto de Ciências da Arte; Eliana da Silva Felipe, Diretora-Geral do Instituto de Ciências da
14 Educação; José Roberto Zamian, Diretor-Adjunto do Instituto de Ciências Exatas e Naturais;
15 Armando Lírio de Souza, Diretor-Geral do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas; Eduardo Paiva
16 de Pontes Vieira, Diretor-Geral do Instituto de Educação Matemática e Científica; Pedro Paulo
17 Maia Teixeira, Diretor-Geral do Instituto de Medicina Veterinária; Nelane do Socorro Marques da
18 Silva, Diretora-Adjunta do Instituto de Estudos Costeiros; Silvestre Savino Neto, Diretor-Geral do
19 Instituto de Ciências Médicas; Tânia Maria Pereira Sarmiento Pantoja, Diretora-Geral do Instituto de
20 Letras e Comunicação; Eliete da Cunha Araújo, Diretora-Geral do Instituto de Ciências da Saúde;
21 Arnaldo de Queiroz da Silva, Diretor-Geral do Instituto de Geociências; Edila Arnaud Ferreira
22 Moura, Diretora-Geral do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; José Ricardo dos Santos
23 Vieira, Diretor-Geral do Instituto de Ciências Biológicas; Luís Mauro Santos Silva, Diretor-Geral
24 do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares; Valena Jacob Chaves, Diretora-Geral do
25 Instituto de Ciências Jurídicas; Carlos Augusto Vasconcelos Pires, Diretor-Geral da Escola de
26 Música; Edilson dos Passos Neri Júnior, Diretor-Geral da Escola de Aplicação; Isabel Cristina
27 Neves Souza, representante do Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza; Roberto Márcio de
28 Oliveira Júnior, representante do Hospital Universitário João de Barros Barreto; Jussara Moretto
29 Martinelli Lemos, Diretora-Geral do Núcleo de Ecologia Aquática e Pesca da Amazônia; José
30 Miguel Martins Veloso, Diretor-Geral do Núcleo de Inovação e Tecnologias Aplicadas a Ensino e
31 Extensão; Celina Colino Magalhães, Diretora-Geral do Núcleo de Teoria e Pesquisa do
32 Comportamento; Cleison Silva, Diretor-Geral do Núcleo de Desenvolvimento Amazônico em
33 Engenharia; Armin Mathis, Diretor-Geral do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos; Edna Aoba
34 Yassuí Ishikawa, Diretora-Geral do Núcleo de Medicina Tropical; Sidney Emanuel Batista dos
35 Santos, Diretor-Geral do Núcleo de Pesquisas em Oncologia; Gilberto Miranda da Rocha, Diretor-
36 Geral do Núcleo de Meio Ambiente; Manuel de Jesus dos Santos Costa, Coordenador do *Campus*
37 Universitário de Abaetetuba; Ronaldo de Oliveira Rodrigues, Coordenador do *Campus*
38 Universitário de Breves; Francisco Pereira de Oliveira, Coordenador do *Campus* Universitário de
39 Bragança; Djair Alves Moreira, Coordenador do *Campus* Universitário de Altamira; Alcy Favacho
40 Ribeiro, Coordenador do *Campus* Universitário de Ananindeua; Maria Lucilena Gonzaga Costa
41 Tavares, Coordenadora do *Campus* Universitário de Cametá; Francisco Valdinei dos Santos Anjos,
42 Coordenador do *Campus* Universitário de Castanhal; Rosa Helena Sousa de Oliveira, Coordenadora
43 do *Campus* Universitário de Capanema; Lindomar Miranda Ribeiro, Coordenador do *Campus*

44 Universitário Salinópolis; Anderson Francisco Guimarães Maia, Coordenador do *Campus*
45 Universitário de Soure; Wassim Raja El Banna, Coordenador do *Campus* Universitário de Tucuruí;
46 Elder dos Santos Rodrigues, representante docente do Instituto de Ciências da Arte; Márcia
47 Consentino Kronka, representante docente do Instituto de Ciências Biológicas; Zenilda Botti
48 Fernandes, representante docente do Instituto de Ciências da Educação; Philippe Jean Sablayrolles,
49 representante docente do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares; Vinicius Tavares Kutter,
50 representante docente do Instituto de Geociências; Fátima Cristina da Costa Pessoa, representante
51 docente do Instituto de Letras e Comunicação; Dioniso de Souza Sampaio, representante docente do
52 Instituto de Estudos Costeiros; Lidiane Nazaré da Silva Dias, representante docente do Instituto de
53 Ciências Sociais Aplicadas; Wilton Rabelo Pessoa, representante docente do Instituto de Educação
54 Matemática e Científica; Ivanira do Amaral Dias, representante docente do Instituto de Ciências da
55 Saúde; Filipe de Oliveira Saraiva, representante docente do Instituto de Ciências Exatas e Naturais;
56 Jane Felipe Beltrão, representante docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; Maria do
57 Socorro Castelo Branco Bastos, representante docente do Instituto de Ciências Médicas; Leônidas
58 Olegário de Carvalho, representante docente do Instituto de Medicina Veterinária; Luísa Carício
59 Martins, representante docente do Núcleo de Medicina Tropical; Germana Menescal Bittencourt,
60 representante docente do Instituto de Tecnologia; Thales Maximiliano Ravena Cañete,
61 representante docente do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos; Adelbert Santana Carneiro,
62 representante da Escola de Música; Lanna Karina Araújo de Lima Rodrigues, representante da
63 Escola de Aplicação; Álvaro Júnior Melo e Silva, representante docente do Núcleo de Teoria e
64 Pesquisa do Comportamento; Bianca Bentes da Silva, representante docente do Núcleo de Ecologia
65 Aquática e Pesca da Amazônia; Jessé Luís Padilha, representante docente do Núcleo de
66 Desenvolvimento Amazônico em Engenharia; Clarice Nascimento de Melo, representante docente
67 do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica; Maria Ataíde Malcher, representante
68 docente do Núcleo de Inovação e Tecnologias Aplicadas a Ensino e Extensão; Paulo Pimentel de
69 Assumpção, representante docente do Núcleo de Pesquisas em Oncologia; Christian Nunes,
70 representante docente do Núcleo de Meio Ambiente; Márcia Monteiro Carvalho, representante
71 docente do *Campus* Universitário de Abaetetuba; Rairys Cravo Herrera, representante docente do
72 *Campus* Universitário de Altamira; Carlos Augusto Castro Bastos, representante docente do
73 *Campus* Universitário de Ananindeua; Maria da Conceição Azevedo, representante docente do
74 *Campus* Universitário de Bragança; Carlos Elvio das Neves Paes, representante docente do *Campus*
75 Universitário de Breves; Ivana de Oliveira Gomes e Silva, representante docente do *Campus*
76 Universitário de Castanhal; Ewerton Gleison Lopes Branco, representante docente do *Campus*
77 Universitário de Capanema; Carlos Alberto Corrêa Dias Júnior, representante docente do *Campus*
78 Universitário de Cametá; Vando José Costa Gomes, representante docente do *Campus* Universitário
79 de Salinópolis; Marina Barreira Mendonça, representante docente do *Campus* Universitário de
80 Soure; Carolina Coelho da Rosa, representante docente do *Campus* Universitário de Tucuruí;
81 representantes dos Servidores Técnico-Administrativos: Ângela Maria Rodrigues dos Santos,
82 Carlos Max Miranda de Andrade, Diego Lima da Silva, Juliano Cássio da Silva Conceição, Marco
83 Antônio Luz Soares, Marcos Rodrigo Nascimento, Maria da Conceição Gonçalves, Paula Moraes
84 Costa, Raimundo Alexandre Moraes, Roberta Helena Moraes Tillmann, Rubens da Costa Ferreira,
85 Taís Ribeiro Ranieri, Udson Pacheco de Souza, Waldemar Henrique Viana Álvares e William
86 Pessoa da Mota Júnior; representantes do Sindicato das Instituições Federais de Ensino Superior no
87 Estado do Pará (SINDTIFES): Benedito Tavares de Barros e Felipe Melo dos Santos; representante
88 da Associação de Docentes da UFPA (ADUFPA): Joselene Ferreira Mota; representante da
89 Sociedade Civil: José Francisco dos Santos Batista; representantes dos Discentes: Abel de Jesus
90 Vieira Bernal de Almeida, André Victor Rêgo Barras, Arthur de Araújo Leite, Arthur do
91 Nascimento Ferreira, Beatriz da Silva Vasques, Eliel Delgado do Espírito Santo, Gabriel Jhonatta
92 Pereira dos Santos, Hian Soares Teixeira, Keven Lima do Espírito Santo, Lucas Batista Paixão,
93 Marcos Jobson Messias de Pina e Sthefany Melissa Silva; representantes do Diretório Central dos
94 Estudantes (DCE): Alan de Sousa Nunes e Samya Thayra Almeida Silva. Convidados(as):
95 Armando Lírio de Souza, Candidato a Reitor da UFPA - Chapa 1, Fernanda Ribeiro Monte Santo,
96 Procuradora-Chefe da Procuradoria Federal junto à UFPA, Thiago Henrique Cristo Paranhos e

97 Thiago César do Nascimento Araújo Lins, servidores da Procuradoria Federal junto à UFPA. **1.**
98 **ABERTURA.** Com a palavra, o Senhor Presidente saudou a todos e deu início à sessão. Em
99 seguida, deu as boas-vindas a todos os presentes. **2. ORDEM DO DIA. 2.1 Processos em Fase de**
100 **Apresentação. 1) Processo n. 025537/2024. Interessadas: Chapa 3 – Denise/Patrícia e Chapa 4**
101 **– Hito/Marilena. Assunto: Solicitação sobre a suspensão da Consulta Prévia e fixação de nova**
102 **data para a realização da mesma. Relator: Carlos Augusto Vasconcelos Pires. 2) Processo n.**
103 **025531/2024. Interessada: Chapa 1 – Armando/Eliana. Assunto: Requerimento sobre a**
104 **anulação da Consulta Prévia e definição de nova data com a utilização de urnas eletrônicas**
105 **e/ou urnas eletrônicas virtuais do TRE. Relator: Carlos Augusto Vasconcelos Pires.** Passando
106 à Ordem do Dia, o Senhor Presidente se reportou aos Processos em fase de apresentação: Processo
107 n. 025537/2024, de interesse da Chapa 3 – Denise/Patrícia e da Chapa 4 – Hito/Marilena, que
108 tratam da solicitação sobre a suspensão da Consulta Prévia e fixação de nova data para a realização
109 da mesma e Processo n. 025531/2024, de interesse da Chapa 1 – Armando/Eliana, que trata do
110 requerimento sobre a anulação da Consulta Prévia e definição de nova data com a utilização de
111 urnas eletrônicas e/ou urnas eletrônicas virtuais do TRE. Instado, o relator Carlos Augusto
112 Vasconcelos Pires, membro da Câmara de Legislação e Normas (CLN) do CONSUN, fez a leitura
113 do parecer da CLN, que opinou pelo indeferimento do pleito e destacou em sua análise: [...] **114**
115 **“Considero que os dois processos são idênticos em conteúdo, diferindo apenas em um dos itens**
116 **apresentados como problemáticos, e tal diferença decorre tão somente do momento (durante a**
117 **consulta) e da natureza (suspensão da consulta) da solicitação apresentada. Para garantir a eficiência**
118 **do processo de análise e de submissão do relatório e parecer às conselheiras e aos conselheiros,**
119 **solicitei a juntada dos dois processos, e assim serão considerados apenas 9 (nove) itens, e não 17**
120 **(dezesete), como pareciam ser inicialmente. Mais do que isso, em interpretação estrita o processo**
121 **que solicita a suspensão da consulta perdeu o seu objeto uma vez que as respostas negativas às**
122 **solicitações de suspensão da consulta, realizadas em tempo hábil pelos órgãos aos quais cabia**
123 **acolher ou rejeitar tais solicitações, resultaram na sua conclusão, não sendo possível agora retroagir**
124 **no tempo para suspendê-la. Algumas questões parecem emergir da análise dos processos sob**
125 **escrutínio, que considerarei a seguir. Tratarei primeiramente dos pontos elencados pelas chapas,**
126 **organizando-os em dois grupos, em seguida serão apresentadas considerações acerca dos elementos**
127 **normativos envolvidos e, finalmente, três observações que me parecem pertinentes. É possível**
128 **organizar os pontos elencados pelas chapas nos processos em dois grupos: 1. Itens de natureza**
129 **técnica referentes ao SIG-Eleição (pontos 1 a 7 nos dois processos); e 2. Itens de natureza**
130 **procedimental relacionados à COC (ponto 8 no Processo 1, e pontos 8 e 9 no Processo 2). Tratarei**
131 **dos dois grupos em separado. Por razões óbvias, não compete à CLN tratar de questões técnicas**
132 **específicas de TIC, mas a elaboração do presente parecer exige que tais pontos sejam abordados,**
133 **por isso contatei o Diretor do CTIC, órgão responsável pela operacionalização tecnológica e de**
134 **apoio para o uso do SIG-Eleição durante a consulta, na pessoa do seu Diretor, Marco Aurélio**
135 **Capela. O Diretor encaminhou por e-mail 3 (três) pareceres técnicos elaborados anteriormente em**
136 **resposta a petições da Chapa 01 que tratam de todos os pontos apresentados. Seguem sínteses das**
137 **respostas do CTIC ponto a ponto. Ausência de Zerézima: a tela inicial, que os próprios candidatos**
138 **recorrentes admitem que, no início do processo, demonstra que não há votos registrados de**
139 **nenhuma categoria, é a Zerézima do SIG-Eleição. O código fonte auditável, por sua vez, é**
140 **disponibilizado na tela do Menu de Eleições. A resposta técnica do CTIC é acompanhada de**
141 **explicações mais detalhadas e de gráficos do sistema demonstrando as afirmações; Instabilidade do**
142 **Sistema: O SIG-Eleição não ficou totalmente inoperante no intervalo de tempo apresentado pelos**
143 **candidatos, não atingindo as quase cinco horas mencionadas. Foram duas horas paradas**
144 **inicialmente, e posteriormente houve ainda mais 3 (três) paralisações contadas em algumas dezenas**
145 **de minutos, não totalizando sequer mais uma hora. Os votos foram preservados porque a**
146 **configuração do SIG-Eleição assim o garante. Mais uma vez a resposta técnica do CTIC é**
147 **acompanhada de explicações mais detalhadas e de gráficos do sistema demonstrando as afirmações;**
148 **Falta de Capacidade dos Servidores Computacionais: Não ocorreu falta de capacidade dos**
149 **servidores, mas um problema na comunicação entre o Servidor de Aplicação com o Banco de**
Dados. Buscou-se o aumento da capacidade de processamento, mas a ação não surtiu o efeito

150 esperado, “o que levou a equipe técnica a desligar as instâncias levantadas ... e redirecionar
151 novamente os recursos **para a configuração inicial**” [grifo nosso], que mostrou-se suficiente para
152 dar conta do processo, uma vez identificado e solucionado o problema real. Novamente são
153 apresentados gráficos que demonstram as afirmações; Persistência das Instabilidades: “Toda vez
154 que o sistema retornava, até sua correção definitiva, os eleitores conseguiam votar”, e “apenas
155 quando o sistema estava totalmente inoperante e enquanto a chave de segurança não era carregada
156 os votos não eram registrados e salvos no banco de dados”; Travamento da Votação e Manipulação
157 da Chave Criptográfica: “Toda vez que algum problema técnico inviabilize o fluxo de votação
158 apresentado anteriormente, é necessário que o/a presidente/a da comissão eleitoral insira a chave de
159 segurança no sistema para permitir que os eleitores entrem na cabine de votação”, sendo o
160 travamento do sistema “**um mecanismo de defesa da eleição para garantir que os votos possam
161 ser registrados somente quando a eleição estiver sendo auditada com a chave de segurança**”
162 [grifo nosso]. Acrescente-se ainda que “toda vez que a presidenta da Comissão Organizadora da
163 Consulta (COC) solicitou apoio do CTIC para ajudar na operacionalização da eleição foram
164 realizados os procedimentos solicitados”, ação prevista no regulamento da Consulta; Ausência de
165 Teste de Carga Prévio: “O CTIC realizou testes de carga no sistema, simulando mais de 400 votos
166 por minuto e falhas para testar o travamento da eleição até a inserção da chave de segurança”. A
167 situação real, porém, é diferente de um ambiente de testes, visto que “o acesso ao sistema, tempo de
168 votação e finalização da sessão são feitos de formas diferentes pelos eleitores, respeitando suas
169 habilidades, conexão de Internet e equipamentos utilizados”; Limitação na Estrutura do SIG-
170 Eleição: O CTIC informou que “a infraestrutura do SIG-Eleição permite a adição de novos
171 servidores de aplicação para realizar o balanceamento de carga, o que foi realizado”. As próprias
172 chapas, na apresentação do item 3 (três), indicam que houve o acréscimo de servidores. Após a
173 detecção e correção do problema real (a comunicação entre o servidor de aplicação e o banco de
174 dados), ficou demonstrado que a estrutura foi mais que suficiente para dar conta da demanda.
175 Destacou, ainda: Quanto aos itens de natureza procedimental relacionados à COC, encontram-se o
176 Pedido de Prorrogação Negado e os Critérios de Elegibilidade Contestados. Quanto ao primeiro
177 ponto, as próprias chapas recorrentes informaram que o pedido foi negado “com base no artigo 8º
178 da Resolução n. 866, de 12 de dezembro de 2023”. De fato, o artigo 8º determina expressamente
179 que “o período para a realização da Consulta Prévia poderá ser prorrogado pela Comissão
180 Organizadora da Consulta Prévia por até mais vinte e quatro horas, **caso ocorra falha no SIG-
181 Eleição por um período igual ou superior a quatro horas ininterruptas**” [grifo nosso], o que
182 efetivamente não ocorreu, sendo assim improcedente a solicitação das chapas. Quanto aos Critérios
183 de Elegibilidade Contestados, foi indicado claramente que seriam eleitores os “discentes da UFPA
184 maiores de 16 (dezesesseis) anos de idade, **desde que regularmente matriculados**” (Resolução nº
185 866/2023 - CONSUN, Art. 13, III, grifo nosso), o que deve ser demonstrado com os comprovantes
186 de matrícula referentes aos períodos letivos 2024.1 e 2024.2 e não com declarações de vínculo, que
187 podem ser emitidas para estudantes que possuam o vínculo institucional mas não estejam
188 efetivamente matriculados, como é o caso de estudantes com cursos trancados, por exemplo. Fica
189 demonstrado, assim, que todos os questionamentos levantados pelas chapas como elementos para
190 justificar a suspensão ou anulação da consulta não se sustentam, tendo sido respondidos pelo CTIC,
191 no caso das ocorrências relacionadas à TIC, ou encontrando resposta direta nas normas aprovadas
192 pelo CONSUN. Do ponto de vista normativo, a regulamentação para a consulta prévia foi aprovada
193 e transformada na Resolução nº 866/2023 - CONSUN, onde constam a data e horário de realização
194 da consulta (Art. 2º), a determinação de realização da consulta de forma online através do SIG-
195 Eleição (Art. 3º, caput), o estabelecimento do CTIC como órgão de suporte técnico (Art. 3º, §7º), a
196 possibilidade de prorrogação do período de votação (Art. 8º), a definição dos eleitores (Art. 13) e a
197 obrigatoriedade de comprometimento das chapas com o acatamento integral das normas da
198 Resolução (Art. 15, parágrafo único), entre outros pontos. Ora, a proposição das normas para a
199 Consulta Prévia à comunidade universitária tramitou de forma absolutamente regular, com prazos
200 suficientes para a discussão e a proposição de alterações e adequações, e foi aprovada sem qualquer
201 oposição. Não parece haver, portanto, razões para questionamentos posteriores acerca de pontos
202 discordantes, especialmente agora, vencido o período hábil para discussões e aprovação de

203 alterações, concluída a própria consulta e em andamento o processo de formulação da lista tríplice a
204 ser enviada ao Ministério da Educação. Aliás, causa estranheza que justamente aqueles que
205 pretendem ser gestores máximos da instituição insistam em propor que uma norma aprovada pelo
206 Conselho Superior seja desconsiderada ou alterada extemporaneamente para garantir que suas
207 percepções e proposições prevaleçam sobre o entendimento da maioria absoluta dos membros/as do
208 CONSUN. Talvez a ideia subjacente às solicitações seja a de que os conselheiros/as sejam
209 inaptos/as para avaliar adequadamente as normas submetidas ao CONSUN, ou que a UFPA seja
210 institucionalmente incapaz de prover os meios necessários à realização da consulta, ou ainda que
211 parte dos seus servidores docentes e técnicos não seja confiável, coincidentemente os que não
212 compartilham das mesmas posições das chapas recorrentes, e por isso a insistência na proposição de
213 alteração de pontos do regulamento da consulta prévia, na sugestão de uso de urnas eletrônicas e na
214 rejeição em aceitar as respostas apresentadas pelo setor responsável pelo suporte técnico do
215 processo. Para além dos aspectos técnicos e normativos, acrescento ainda três pontos que me
216 parecem ser relevantes para a apreciação da matéria. O primeiro deles é que a tese de prejuízo de
217 uma ou outra chapa em particular não pode prevalecer diante do fato de que todos/as os/as votantes,
218 apoiadores/as de todas as chapas, foram igualmente afetados por quaisquer dificuldades ocorridas
219 no dia 17.04.2024. Não houve qualquer seletividade, e nem poderia haver, visto que o acesso à urna
220 virtual não exigia manifestação prévia da intenção de voto. Logo, não houve particular prejuízo a
221 qualquer candidatura, e por isso não há como sugerir que os problemas técnicos ocorridos, todos
222 solucionados dentro dos parâmetros estabelecidos pelo regulamento para a continuidade da
223 consulta, tenham comprometido o seu resultado. O segundo ponto diz respeito à ideia de que teria
224 havido um prejuízo considerável na participação de votantes por conta das dificuldades técnicas
225 ocorridas, o que não parece ter aderência à realidade. Se tomarmos os dados gerais dos últimos
226 processos de consulta, veremos que na comparação entre 2016 e 2024, únicos anos onde houve
227 concorrência entre chapas e condições normais para a consulta (em 2012 havia uma única
228 candidatura, portanto não houve concorrência, o que certamente possui implicações no número de
229 votantes, e em 2020 coexistiam uma Pandemia e um governo hostil às universidades federais, o que
230 motivou uma participação de votantes acima da média em defesa da autonomia e da democracia na
231 UFPA) a proporção de votantes é praticamente a mesma, mesmo considerando as diferentes
232 metodologias de votação (presencial e virtual), não havendo, portanto, motivos para sugerir que
233 tenha havido qualquer prejuízo na participação da comunidade universitária. O terceiro ponto é que
234 os trabalhos da consulta prévia foram “realizados pela Comissão eleita pelo Conselho Universitário
235 (CONSUN), pelas/os representantes das chapas concorrentes e **supervisionadas/os pelas/os**
236 **observadoras/es da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará e do Ministério Público**
237 **Federal (MPF) no Pará**” [grifo nosso] (Consulta Prévia UFPA 2024). Não se trata, portanto, de
238 um processo sem supervisão e realizado de maneira irresponsável, mas de uma ação séria sob
239 observação externa e fiscalização das próprias chapas”. Por fim, destacou em seu voto: “Ante o
240 exposto, sou de parecer contrário às solicitações de anulação/suspensão da consulta prévia à
241 comunidade da UFPA para a escolha de Reitor/a e de Vice-Reitor/a para o quadriênio 2024-2028,
242 SMJ”. Ao final da leitura do parecer foi solicitada a quebra de interstício da matéria, o que foi
243 acatada pelos Senhores Conselheiros. Desse modo, o Senhor Presidente agradeceu ao relator do
244 Processo e o parecer foi submetido à discussão pelos membros. Solicitando a palavra e consentida,
245 o Conselheiro e interessado no Processo de número 025531/2024, Armando Lírio de Souza, falou
246 que primeiramente é importante o esclarecimento de algumas informações constantes no parecer da
247 Câmara de Legislação e Normas, sob a relatoria do professor Carlos Augusto Vasconcelos Pires, no
248 qual cita supostos problemas ocorridos durante a votação. No entanto, conforme seu entendimento
249 os problemas de fato ocorreram, inclusive é citado no próprio documento apresentado pela
250 Comissão Organizadora da Consulta (COC). Continuando, disse que é importante ter prudência
251 quando for emitido juízo de valor sem considerar o contexto daquilo que realmente aconteceu.
252 Falou, também, sobre uma informação inserida num documento oriundo da Direção do Centro de
253 Tecnologia da Informação (CTIC) que foi encaminhado pela Comissão Organizadora da Consulta
254 Prévia que cita que 1.914 eleitores não conseguiram votar e indagou sobre a proveniência dessa
255 informação e destacou sobre a importância da transparência pública nos processos eleitorais.

256 Acrescentou, também, que o parecer da Câmara de Legislação e Normas (CLN) menciona que o
257 CTIC realizou testes de carga no sistema, simulando mais de 400 votos e ressaltou que o
258 entendimento das chapas é que os testes foram realizados sem que houvesse a presença de fiscais e
259 de representantes das chapas, sendo que a presença dos mesmos é necessária como forma de
260 garantir a transparência do processo eleitoral. Em seguida, disse que o parecer técnico do Diretor do
261 CTIC destaca que houve momentos de queda no sistema e indagou se houve tentativa de invasão no
262 sistema, pois o parecer não esclarece tais situações. Disse, ainda, que do ponto de vista democrático
263 é fundamental que haja questionamentos e proposições e que os atos da administração pública
264 podem ser questionados a qualquer momento, e em caso de haver questionamentos por parte das
265 chapas, quer seja da situação ou da oposição, precisa ser debatida a questão, pois o debate é
266 necessário para todo e qualquer regime democrático. Informou, também, que há uma menção no
267 parecer da CLN sobre a competência das chapas quanto aos questionamentos sobre a eleição, porém
268 a seu ver se assemelha a um juízo de valor do parecerista e com velados ataques às candidaturas, e
269 acredita que isso seja desnecessário constar em um parecer. Em seguida, ressaltou que as chapas
270 receberam o parecer técnico da Comissão Organizadora da Consulta Prévia no dia 22 de abril de
271 2024, embora o pedido tenha sido feito nos dias 17 e 18 de abril, e nesse sentido, não houve
272 desrespeito aos servidores do CTIC e solicitou que fosse retirado do parecer o excerto que faz
273 referência que as chapas trataram os servidores do CTIC de forma desrespeitosa. Em sequência,
274 falou que é preciso abolir o SIG-Eleição, pois o mesmo não é um sistema confiável e apresenta
275 muitas fragilidades, principalmente quanto ao acesso e à possibilidade de invasão do sistema e
276 como exemplo citou sobre o processo eleitoral ocorrido na Universidade Federal da Paraíba, a qual
277 divulgou recentemente o resultado da eleição e disse que é importante seguir exemplos dessa
278 natureza para dar maior legitimidade e transparência aos processos internos da UFPA. Com a
279 palavra, a Conselheira Jane Felipe Beltrão agradeceu aos membros do CONSUN pela confiança a
280 ela depositada ao elegê-la como Presidenta da Comissão Organizadora da Consulta Prévia. Em
281 seguida, de modo especial, fez um agradecimento aos membros da Comissão Organizadora da
282 Consulta Prévia pela dedicação ao trabalho realizado. Continuando, falou sobre o significado da
283 palavra “supostamente”, que foi citada pelo professor Armando Lírio de Souza. Nesse sentido,
284 justificou que esse termo, que foi inserido pelo relator no parecer da CLN, se refere à citação de
285 terceiros e não de quem o citou, o que torna a palavra coerente no contexto. Acrescentou, ainda, que
286 como membro e Presidenta da Comissão Organizadora da Consulta Prévia tem o direito outorgado
287 pelo Conselho Universitário de solicitar o assessoramento de qualquer um dos setores da UFPA, no
288 que se refere à realização das atividades executadas pela Comissão. Prosseguindo, lamentou
289 profundamente a fala a ela dirigida no que diz respeito a sua confiabilidade na condução da
290 Comissão e disse que em alguns momentos foi desrespeitada, inclusive com palavras indecorosas,
291 numa clara referência de que seria incapaz de coordenar o debate entre as chapas. Disse, também,
292 que à época não respondeu a nenhuma das provocações, porém apenas estava relatando tais fatos
293 para que os membros do CONSUN tivessem ciência dos acontecimentos ocorridos durante o
294 processo. Em seguida, ressaltou que concorda inteiramente com o parecer do relator Carlos Augusto
295 Vasconcelos Pires pelo fato de que o relator disse exatamente o que a Presidenta da COC gostaria
296 de dizer, e acrescentou que é incompreensível que candidatos que almejam dirigir uma instituição
297 são desconhecedores das normas que regem a instituição, inclusive desrespeitam o próprio
298 Conselho Universitário. Evidenciou que, independente do que foi dito, tem a certeza de que em
299 nenhum momento desrespeitou alguma norma ou regra. Disse, ainda, que as cargas dos sistemas
300 sempre foram realizadas e que nas três últimas eleições realizadas para Reitor da UFPA, as quais
301 teve a oportunidade de presidir as Comissões houve os mesmos trâmites relacionados ao sistema,
302 sendo as eleições feitas da mesma forma e nunca ocorreu qualquer problema. Solicitando a palavra,
303 o Conselheiro Eduardo Paiva de Pontes Vieira esclareceu que os problemas ocorridos não são
304 motivos para que se anule a Consulta Prévia, uma vez que houve mais de 15 mil pessoas se
305 manifestando e justificou dizendo que esse percentual é totalmente compatível com os percentuais
306 das consultas realizadas anteriormente pela UFPA. Disse, também, que todo e qualquer
307 questionamento deve sim ser respeitado e que problemas ocorridos com determinados grupos
308 precisam ser relatados e discutidos, no entanto é importante respeitar o processo de escolha e

309 ratificou que os problemas ocorridos durante a votação não são motivos para que se anule a
310 Consulta Prévia. Com a palavra, o Conselheiro Wassim Raja El Banna parabenizou em nome da
311 professora Jane Felipe Beltrão toda a Comissão da Consulta Prévia que se debruçou em todos os
312 recursos e também toda a equipe do Centro de Tecnologia da Informação (CTIC) que direcionou
313 perfeitamente o parecer do relator Carlos Augusto Vasconcelos Pires. Acrescentou, ainda, que o
314 SIG-Eleição é uma ferramenta muito útil, sendo utilizada nos últimos processos eleitorais na UFPA
315 com bastante eficiência e que a solução não seria eliminar o SIG-Eleição, mas melhorar as
316 ferramentas, os instrumentos e os sistemas. Com a palavra, o Conselheiro Alan de Sousa Nunes
317 falou que os momentos de debates são fundamentais para a construção da democracia na UFPA e
318 ressaltou a importância da participação dos estudantes de forma majoritária. Disse, ainda, que o
319 processo eleitoral na UFPA é diferente da UNICAMP e da UFRJ, uma vez que a UFPA é uma
320 Universidade inserida dentro do ambiente amazônico, sendo importante respeitar essa
321 particularidade e ressaltou que é quase impossível levar ao polo mais remoto do Estado do Pará uma
322 urna e certamente o estudante não conseguiria votar e acrescentou que o SIG-Eleição é uma
323 importante ferramenta para que o estudante do interior da Universidade *Multicampi* participe do
324 processo de forma qualitativa. Falou, ainda, que de fato o processo eleitoral precisa melhorar e
325 ressaltou que a consulta à comunidade acadêmica demonstrou que a democracia na UFPA segue
326 fortalecida, apesar dos ataques que ainda se constroem no interior da Universidade, e destacou que
327 esse é o momento de se eleger o primeiro reitor negro da Universidade Federal do Pará. Com a
328 palavra, a Conselheira Maria Lucilena Costa Tavares cumprimentou a todos os presentes e em
329 especial o Presidente do Conselho, Professor Emmanuel Zagury Tourinho, e ressaltou que na
330 condição de mulher, de Conselheira e de estudiosa de gênero se solidarizou com a Conselheira Jane
331 Felipe Beltrão que ao longo do processo eleitoral foi duramente atacada por ser mulher, e, ainda,
332 atacada por estar numa faixa etária que o Brasil não reconhece. Disse, ainda, que se vive uma grave
333 crise de etarismo, que é quando os idosos não têm direito de falar, não têm o direito de assumir a
334 presidência de uma Comissão e que são sempre taxados como incapazes. Disse, também, que
335 gostaria de prestar solidariedade à Conselheira Jane Felipe Beltrão pelos ataques que sofreu.
336 Finalizou dizendo que seria importante que se refletisse a respeito desse processo eleitoral que foi
337 tão doloroso, onde foi presenciada a violência de gênero, onde mulher violentou verbalmente,
338 discriminou e oprimiu outras mulheres. Com a palavra, o Conselheiro e Relator Carlos Augusto
339 Vasconcelos Pires disse que a fala feita pelo professor Armando Lírio de Souza reiterou o ataque
340 inicial que vinha sendo feito. Acrescentou, ainda, que quanto ao SIG-Eleição que deveria ser
341 “abolido” e “que a administração pública pode rever seus atos em casos de ilegalidade” esclareceu
342 que não houve em nenhum ato ilegalidade e que é importante esclarecer que houve diversos ataques
343 gratuitos e não apenas reação a uma posição. Finalizou dizendo que as chapas inscritas devem ter o
344 compromisso de acatar o Regimento Eleitoral. Findas as manifestações, o Senhor Presidente
345 informou sobre o regime de votação, que se deu da seguinte forma: será disposto em votação o
346 Parecer da Câmara de Legislação e Normas (CLN), o qual mantém o resultado da Consulta Prévia,
347 recusa o pedido de anulação ou suspensão da Consulta Prévia e reitera a validade da Consulta
348 Prévia que foi realizada. Em seguida, falou que os Conselheiros favoráveis ao Parecer da CLN
349 deverão votar sim e aqueles Conselheiros favoráveis aos recursos administrativos interpostos pelas
350 Chapas 3 – Denise/Patrícia, Chapa 4 – Hito/Marilena e Chapa 1 – Armando/Eliana deverão votar
351 não. Após as explicações, o Senhor Presidente colocou em votação o Parecer da Câmara de
352 Legislação e Normas (CLN), sendo aprovado com 106 votos favoráveis, nenhum voto contrário e 2
353 abstenções. Retomando a palavra, o Senhor Presidente disse que participa da vida política da
354 Universidade Federal do Pará há muitos anos e fica muito feliz em presenciar o amadurecimento
355 político que houve na Instituição a cada processo de escolha de Dirigentes. Continuando, falou que
356 a UFPA tem vencido grandes desafios e se tornado uma Instituição capaz de enfrentar as ameaças
357 que existem e se insinuam contra a autonomia, contra a capacidade democraticamente de tomar
358 decisões. Manifestou-se, também, quanto a sua percepção de que, apesar das dificuldades, o
359 processo eleitoral é sempre um processo complexo e desgastante, porque há sempre algumas
360 situações delicadas, mas a seu ver a cada processo eleitoral a UFPA se fortalece. Ratificou, em
361 seguida, o seu entendimento de que não houve qualquer evidência de fragilidade no SIG-Eleição e o

362 que ficou prevalecida foi a vontade da comunidade universitária. Acrescentou que o SIG-Eleição
363 possibilitou aos alunos que se encontravam em municípios do Pará o direito do voto e isso só foi
364 possível por meio do SIG-Eleição. Prosseguindo, informou aos Conselheiros que a UFPA mantém
365 cursos em andamento em 82 municípios do Estado do Pará e destacou que se o voto fosse por meio
366 de urnas seria uma eleição elitista. Nesse instante pediu respeitosamente permissão para citar como
367 exemplo a eleição ocorrida no Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ) da UFPA, a qual foi realizada
368 por meio do SIG-Eleição. Acrescentou, ainda, que o acompanhamento do SIG-Eleição pode ser
369 aperfeiçoado e ressaltou que somente entra na cabine de votação quem possui *login* e senha.
370 Destacou, também, que talvez o sistema tenha uma capacidade de processamento limitada, porém
371 não o torna vulnerável. Continuando sua fala, disse que, como Dirigente da UFPA, solicitou
372 informações ao CTIC sobre o ocorrido durante o período de votação da Consulta Prévia e a resposta
373 do Diretor do CTIC foi de que houve inúmeras tentativas de acesso ao SIG-Eleição ao mesmo
374 tempo, ou seja, o sistema em alguns momentos não suportou a quantidade excessiva de acessos
375 simultâneos, o que gerou instabilidade no sistema. Continuando, disse que, por exemplo, somente
376 um IP da cidade de Baião em duas horas fez quatro mil tentativas de acesso no horário das 9 horas
377 às 11 horas da manhã e acrescentou que à tarde esse mesmo IP de Baião fez mais duas mil
378 tentativas de acesso ao SIG-Eleição, embora não tenham conseguido acessar o sistema isso
379 ocasionou o congestionamento de acesso. Em seguida, justificou que no município de Baião
380 existem 238 alunos. Ainda, conforme dados fornecidos pelo CTIC, uma situação parecida ocorreu
381 em Manaus, no horário das 9 horas às 11 horas, com sete mil tentativas de acesso ao SIG-Eleição de
382 um único IP de Manaus e ao longo de todo o dia esse único IP totalizou mais de treze mil tentativas
383 de acessos, ocasionando o congestionamento do sistema e complementou dizendo que casos como
384 esses serão investigados para que não se repitam mais e ratificou que o problema não é o SIG-
385 Eleição. Prosseguindo, falou que estava deixando essa mensagem para aqueles que estiverem
386 presentes na próxima eleição, porque não se deve abrir mão de um sistema que é inclusivo e sem
387 evidências de que ele tem qualquer vulnerabilidade. Antes de encerrar a sessão, o Senhor Presidente
388 fez um agradecimento especial à Professora Jane Felipe Beltrão, que ora segue na íntegra: “Em
389 nome deste Conselho, em nome da nossa comunidade universitária e em nome da Universidade
390 Federal do Pará quero agradecer à Professora Jane. Falar do nosso enorme respeito e gratidão por
391 ela mais uma vez ter assumido essa tarefa que é espinhosa, é espinhosa porque nem todos e todas da
392 nossa Instituição são capazes de reconhecer e respeitar a seriedade de quem dá a vida por essa a
393 essa Instituição. Parabéns Professora Jane e muito obrigado!”. Ao final, todos os presentes puseram-
394 se de pé para aplaudir a Professora Jane Beltrão. Em seguida, parabenizou, também, o Professor
395 Gilmar Pereira da Silva e Professora Loiane Prado Verbicaro, Reitor e Vice-Reitora eleitos da
396 Universidade Federal do Pará e para concluir disse que Reitor eleito é Reitor empossado. **3.**
397 **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente agradeceu ao
398 comparecimento dos Senhores Conselheiros e, às quinze horas e quarenta e dois minutos, deu por
399 encerrada a sessão, da qual, para constar, foi lavrada a presente Ata, que após aprovada, será
400 assinada pelo Senhor Presidente, por mim, Soraya Maria Bitar de Lima Souza, Secretária-Geral dos
401 Órgãos Deliberativos da Administração Superior, e demais presentes.